



Segundo semestre começa com qualificação de agentes públicos

Cerca de 600 pessoas – entre servidores públicos e legisladores - participaram do V Seminário Regional Interlegis – Região Sul, nos dias 4 e 5 de agosto, coincidindo com a semana de abertura dos trabalhos legislativos



Foto: Jonas Lemos Campos

Garcia, ao microfone, salientou que eventos como o V Seminário são essenciais para a promoção da cidadania

Na abertura do encontro, o diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Moraes (PFL-PB), comemorou os cinco anos de existência do Programa, em 27 de julho, integrando o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, utilizando tecnologia de ponta para o fortalecimento da democracia brasileira e ampliação da cidadania.

O Seminário foi realizado pelo Senado em parceria com a Assembleia Legislativa - através da Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP). O evento é uma das atividades destinadas à qualificação de agentes públicos – servidores e legisladores -, que têm sido promovidas continuamente pela Escola do Legislativo catarinense. “O resultado é um Poder Legislativo estadual e municipal mais qualificado, mais integrado e com linguagem unificada”, sintetizou o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), fazendo referência ainda ao ciclo de cursos na região Oeste e Planalto Serrano, desencadeado em julho pela Escola. “Nos qualificando, qualificaremos as políticas públicas do nosso Estado”, avalia o deputado Celestino Secco.

Páginas centrais

Plenário e Comissões reiniciam apreciação de projetos



Foto: Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados retomaram a discussão e apreciação de propostas de novas leis

Páginas 8,9,10,11

Audiência discute danos causados por celular

Os possíveis efeitos causados pela telefonia celular à saúde humana foram debatidos na tarde do dia 4, em audiência pública proposta pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e promovida pelas Comissões de Saúde, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia. Os palestrantes apresentaram opiniões diversas na tentativa de esclarecer o assunto.

Página 8

Sessões especiais prestam homenagem à família e à imprensa

Páginas 3 e 4

Deputados querem sustar decreto sobre alienação

Os integrantes da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), representantes de concessionárias e revendas de veículos e de cartórios catarinenses estiveram reunidos em audiência pública, na manhã do dia 10, para discutir o Decreto nº 3.194/05, de autoria do governo. Este decreto determina que as operações de compra e venda de veículos devem ser registradas em cartório antes do emplacamento.

Sem acordo entre as partes e explicações convincentes para a criação e cobrança de mais uma despesa para o consumidor, o autor da proposição da audiência, os deputados Dionei Walter da Silva (PT), juntamente com Dentinho, Ana Paula Lima (PT) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), resolveram subscrever decreto legislativo para suspender a determinação governamental. O deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou que o Tribunal de Justiça é o órgão competente para julgar se a cobrança é legal, criticando a transferência de prerrogativas dos cartórios para as financeiras.

Página 9

A importância do V Seminário Regional Interlegis

Num momento crítico da história da política brasileira, considero oportuno registrar que os legisladores estaduais e municipais de Santa Catarina estão configurando, com suas ações, uma agenda propositiva e positiva. Temos todos nós trabalhado com muita responsabilidade e espírito público para fazer de nossa atuação um caminho melhor para cada cidadão, em especial para a inclusão dos excluídos, visando ampliar o universo das oportunidades, para dar voz e vez aos que estão à margem dos processos político e social.

Temos o dever de nos constituirmos de forma melhor para os políticos e para a política do Brasil. Não queremos ser exemplos de virtudes, mas queremos ser autores de atitudes e atividades que continuem a fazer de Santa Catarina um Estado cujos cidadãos sejam exemplos para o Brasil.

O Programa Interlegis do Senado e a Escola do Legislativo catarinense são ferramentas e instrumentos importantíssimos na construção dessa cidadania cada vez mais crítica e mais consciente na exigência de políticas públicas mais adequadas e mais conseqüentes e de políticos mais éticos e mais responsáveis pelos bens e valores públicos. As duas entidades trabalham para aproximar nossos legisladores da moderna tecnologia a serviço dos processos legislativos, buscando unicidade e construindo caminhos que nos aproximem do cidadão. A

parceria do Senado Federal é a garantia que precisávamos para cumprir uma das missões institucionais de nossos parlamentos, que é a mediação; a aproximação entre os que executam as políticas públicas e os que delas são beneficiários.

Das inúmeras atividades que me são afetas como chefe do Poder Legislativo Estadual, as que mais me entusiasmam são as que promovem a aproximação de mulheres e homens públicos através de um processo de capacitação, de formação e de educação, o que significa que todos nós estamos buscando qualificar os serviços públicos de nosso Estado.

Os recursos financeiros de que dispõe a sociedade para a execução de políticas públicas são cada vez mais escassos. Por isso, todos nós precisamos aprender a fazer melhor, fazendo mais com menos, fazendo diferente a prestação da atividade pública.

Queremos crescer como políticos para efetivamente fazer da política a arte maior de promover o maior bem possível para o maior número de pessoas, verdadeiro sentido da ética utilitarista de resultados e de responsabilidade.

Imbuídos desse espírito, iniciamos as atividades do segundo período da décima quinta legislatura da terceira sessão legislativa.

Deputado Julio Garcia (PFL)
Presidente da Alesc

Família: fonte de vida e construtora da paz

Em uma Carta Pastoral intitulada "A Família, esperança da Igreja e do mundo", divulgada pela Conferência Episcopal Portuguesa em 30 de maio de 2004, a família foi definida como o espaço onde o ser humano encontra a sua realização, onde é chamado à comunhão e ao amor. Contudo, os rumos da civilização moderna estão impedindo que a família concretize sua vocação essencial, de ser a referência humana fundamental.

A realidade e o momento que vivenciamos nos trazem preocupação. Em poucos lugares do mundo a instituição familiar recebe tantos ataques como no Brasil. O jornalista Moacir Pereira, em artigo publicado no Jornal *A Notícia* (17/08/2002), diz: *aqui a família é tratada como elemento dispensável, bastando ver que a temática da infidelidade conjugal, da corrupção familiar, do egoísmo, da luta pelo poder e de toda a forma de guerra e desagregação domina os enredos de telenovelas, e isso é divulgado diariamente para os jovens da era globalizada.*

Porém, ainda com toda a carga negativa que recebe, a esperança de que a família seja preservada como instrumento de transformação social permanece. Ainda em 2002, pesquisa divulgada pelo Unicef, realizada entre jovens brasileiros, revelou que 95% dos consultados

consideraram a família como a instituição mais importante em suas vidas. Esse dado nos faz sentir que os jovens acreditam na família; o modo de vida que vivemos é que causa a desagregação.

Por isso, comemorando a Semana da Família deste ano, rendemos nossas homenagens ao trabalho desenvolvido pela Pastoral Familiar, que, através de ações voluntárias, vem contribuindo para atender pessoas em situações de dificuldade e de desagregação, preservando a entidade familiar como verdadeira "Igreja doméstica" e tornando possível a construção de uma sociedade mais fraterna, mais solidária, mais aberta ao amor e à vida.

Entre os dias 14 e 21 de agosto deste ano, quando se comemora a Semana da Família com o lema "Família, fonte de vida e construtora da paz", cada um de nós, no exercício do nosso direito à cidadania, devemos ter como objetivo fazer com que os interesses da família sejam respeitados e garantidos pelos agentes políticos da nossa cidade, do nosso Estado e do Brasil, exigindo que o mais importante papel da família, de instrumento de transformação da sociedade, seja valorizado com políticas públicas sérias e eficazes.

Deputado Pe. Pedro Baldissera (PT)

Julho: atividades continuaram intensas

A parada temporária na tramitação e apreciação de propostas de novas leis durante o mês de julho não interrompe as atividades do Parlamento e dos deputados. "Todos aproveitam este período para percorrer suas bases eleitorais, o que é fundamental para uma atuação parlamentar que corresponda aos anseios dos cidadãos catarinenses", resume o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

Além de visitarem, em média, 30 a 40 municípios nas diversas regiões do Estado, os deputados também mantiveram as atividades do Parlamento, dentro e fora da sua sede, promovendo e participando de audiências públicas e seminários.

A Comissão Representativa, integrada pelo presidente da Casa e os deputados Odete de Jesus (PL), Joares Ponticelli (PP), Vanio dos Santos (PT), Paulo

Eccel (PT), Gelson Merísio (PFL), Manoel Mota (PMDB), Francisco Küster (PSDB) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), manteve o atendimento externo e a representação da Assembléia Legislativa em eventos. "Em cerca de 15, atendemos mais de 50 audiências na Presidência", resume Julio Garcia, que ainda esteve em 40 municípios da região Sul.

A Escola do Legislativo, comandada pelo deputado Celestino Secco (PP), levou sua equipe até as cidades de Rio Rufino e Urubici, na Região Serrana, quando realizou o primeiro módulo do "I Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal". O ciclo estende-se até outubro e vai passar por diversas cidades daquela região. Em Itapema, no litoral, a Escola organizou o encontro "A Vida na Terceira Idade". No total, 220 pessoas foram capacitadas.

Agenda

Dia 15, 14h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "Turismo em SC - avanços e carências"

Local: Plenário

Dia 16, 19h - Entrega de diploma de mérito ao deputado federal Edison Andrino, pelo Instituto Histórico e Geográfico de SC

Local: Plenário

Dia 17, 19h - Comemoração dos 25 anos de instalação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra) em SC - exposição fotográfica

Dia 18, 19h - Entrega do Troféu de Respeito à Cidadania e à Diversidade, que homenageia pessoas físicas e jurídicas que prestaram relevantes serviços na defesa dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais

Dia 18, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "Resíduos sólidos"

Local: Câmara de Vereadores de Lages

Dia 19, 18h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "Reserva Particular do Patrimônio Natural - Araucária"

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021

alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Eitelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Matos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanus, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaina Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense.

Ato especial comemora Semana da Imprensa

Um ato especial realizado na tarde do dia 2, no Plenário Osni Régis, foi uma das atividades comemorativas da Semana da Imprensa Catarinense (28 de julho a 4 de agosto de 2005). O ato foi solicitado pela ACI (Associação Catarinense de Imprensa), cuja nova diretoria tomou posse na quinta-feira (4), também em cerimônia na Assembléia Legislativa.

Além do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e do deputado Pedro Baldissera (PT), compuseram a Mesa durante a solenidade os jornalistas Moacir Pereira, presidente eleito da ACI, Valci Regina Mousquer Zuculoto, diretora de Relações Institucionais da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Ranieri Bértoli, presidente da Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão), José Eli Francisco, presidente do Sindicato dos Radialistas do



Liberdade de informação aliada à responsabilidade no exercício profissional foi unânime entre os presentes

Norte e Nordeste de Santa Catarina), e Ricardo Roesler, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses.

"A informação é um dos principais bens, direitos e instrumentos dos cidadãos para compreenderem e se movimen-

tarem na realidade", falou Valci Zuculoto, que na ocasião representou o presidente da Fenaj, Sérgio Murilo de Andrade, ao defender a profissão de jornalista. Lembrou que a Fenaj e os sindicatos de jornalistas de todo o Brasil, neste momento, realizam uma campanha nacional que visa chamar a atenção da sociedade brasileira para a necessidade de valorizar a profissão e o jornalista.

O presidente da Acaert, Ranieri Bértoli, falou sobre a radiodifusão catarinense. "A entidade está completando 25 anos de atuação, valorizando o radiodifusor, incentivando talentos,

fortalecendo o mercado de comunicação, dando visibilidade para a fantástica e valiosa rede de mídia regional", declarou. "Neste sentido estamos promovendo a profissionalização do radiodifusor, que aprendeu a não enxergar sua emissora apenas como um negócio, mas como um elemento fundamental na sustentação dos princípios democráticos", exemplificou.

Ranieri também falou sobre a ilegalidade no setor. "O respeito às leis é condição fundamental para o fortalecimento das instituições republicanas." Destacou o lançamento, em maio, da Frente Parlamentar da

Radiodifusão, iniciativa do deputado federal Ivan Ranzolin (PP/SC). "A frente já conta com a adesão de dezenas de parlamentares. O primeiro trabalho da frente foi apoiar a iniciativa de milhares de emissoras de rádio no país, que pedem a flexibilização da Voz do Brasil, resquício de um tempo em que os poderes não possuíam canais de comunicação com o brasileiro", disse.

O jornalista Moacir Pereira agradeceu a iniciativa da Associação Catarinense de Imprensa e a todos os parlamentares pelo evento. "Estamos aqui para defender nossos ideais e objetivos. A ACI, junto à Associação Brasileira de Imprensa, defende as bandeiras pela liberdade de informação e de expressão, pelos direitos humanos e pela aplicação da justiça. Junto à Fenaj, luta pela regulamentação profissional e pela atualização da legislação. É inconcebível que o Brasil continue com a Lei de Imprensa de 1967", afirmou.

O presidente do Sindicato dos Radialistas do Norte e Nordeste de Santa Catarina, José Eli Francisco, lembrou das bandeiras dos radialistas do Estado. "A minha bandeira é a da solidariedade. Como repórter testemunhei enchentes em Tubarão e Rio do Sul". (MAP/GMP)

Diretoria da ACI toma posse

Após dois anos no comando da ACI (Associação Catarinense de Imprensa) - Casa do Jornalista, o jornalista Osmar Teixeira passou a presidência da entidade para o colega Moacir Pereira, em solenidade realizada na noite do dia 4, na Assembléia Legislativa. O evento, bastante concorrido, teve a presença do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e dos ex-governadores Esperidião Amin (PP), Ivo Silveira e Colombo Salles, além de outras autoridades. O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), representou a Casa.

Na ocasião foram homenageados o médico J.J. Barreto e Roberto Mattar, fundadores da entidade e expoentes da velha guarda da imprensa catarinense, e Dib Cherem (*in memoriam*) com uma placa comemorativa e um vídeo produzido pela TV AL e entregue aos homena-



Moacir Pereira e Osmar Teixeira

geados e familiares.

Livro - Durante a solenidade, foi lançado o livro *Caros Ouvintes- Os 60 anos do Rádio em Florianópolis*, que tem como autores Antunes Severo e Ricardo Medeiros. A obra marca o início da criação da Coleção Imprensa Catarinense, que pretende estimular os profissionais da classe, empresários e escritores a publicarem obras sobre a comunicação em Santa Catarina. (SD)

CD estimula cidadania

O presidente da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, Ricardo Roesler, fez o lançamento da 3ª etapa do programa "Um Minuto de Cidadania", durante o ato especial da Semana da Imprensa Catarinense na tarde do dia 2.

As mensagens, curtas, objetivas e de fácil compreensão, falam de temas como adoção, usucapião, Código Penal, entre outros e foram compiladas num CD distribuído a todas as rádios catarinenses.

De acordo com Roesler, o programa é o maior legado que se pode oferecer àqueles que querem fazer a diferença. "Posso considerar o jornalista como um magistrado, pois deve ser imparcial, ético e verdadeiro."

O presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), disse que a Alesc tem trabalhado junto com a sociedade. "É um processo de transparência absoluta. Queremos trabalhar para uma sociedade melhor e a imprensa é importante para isso, é importante para uma democracia forte e consolidada." (MAP/GMP)

Fotos contam história de Coral

Fundada há 45 anos, no dia 10 de setembro, a Associação Coral de Florianópolis organizou uma exposição de fotos que contam um pouco da sua trajetória. A mostra abriu no último dia 9, no hall da Assembléia Legislativa, com um pequeno recital, e estende-se até o dia 17.

Criada pelo maestro Aldo Krieger, em 1960, a Associação Coral passou a realizar concertos com um variado repertório, marcados por dois momentos: coral internacional, com obras eruditas e folclóricas, e coral nacional, com peças populares de compositores catarinenses.

O grupo já participou de vários encontros

e festivais no Brasil e no exterior. Destacam-se a viagem feita em 1988 a Portugal - Lisboa e Santuário de Fátima -, e também aos Açores, nas ilhas de São Miguel e Terceira. Com esse trabalho, o coral fortaleceu-se e conquistou espaço. Em 45 anos foram gravados três compactos simples e três LPs, agora remasterizados para CD, e cinco CDs dos concertos feitos até o ano passado. Seu atual regente é o professor Alberto Andrés Heller.

Devido ao crescimento e reconhecimento adquirido, o coral fixou em seu calendário anual de atividades um concerto oficial no mês de setembro, quando comemora o aniversário.

Fórum reforça resgate da cultura germânica

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O Fórum Permanente de Resgate da Cultura Germânica, proposição da deputada Simone Schramm (PMDB), foi instalado na noite do dia 22 de julho, em São Pedro de Alcântara. O Fórum pretende resgatar as tradições deixadas pelos imigrantes de origem germânica que chegaram a Santa Catarina e também trabalhar com intercâmbios econômicos e culturais. O município, que realizou no mesmo dia a abertura do Festival Cultural de Inverno, foi escolhido por ser a primeira colônia alemã no Estado.

Participaram do evento, além da parlamentar que preside o Fórum, os deputados membros João Henrique Blasi (PMDB) e Afrânio Boppré (PT), o deputado federal Paulo Bauer (PFL), o prefeito Ernei José Stahelin (PMDB), o presidente da Câmara de Vereadores, Roberto Stahelin (PMDB), a representante do Instituto Sívio Pléticos, Eliete Corrêa, secretários de Turismo e de Cultura de diversas cidades catarinenses e a comunidade. Eliete Corrêa enalteceu a implantação do Fórum no município, e lembrou que é necessária uma reflexão sobre a responsabilidade que o ato desencadeia. "Após 176 anos da chegada dos imigrantes, é preciso reconhecer a riqueza cultural germinada neste solo. Precisamos



Cerimônia foi prestigiada pela comunidade local

repetir e contar aos nossos filhos e netos as histórias que nossos pais nos transmitiam, de nossos antepassados. E isso vai ser um orgulho para a nossa cidade. Estamos construindo uma nova identidade e preocupados com o que doravante vai nos acontecer. E para isso é preciso que cada um de nós abrace as causas de

nossas tradições", observou.

Roberto Stahelin também reconheceu a importância da instalação do Fórum no município, justamente no dia em que realizam o Festival Cultural de Inverno, eventos que buscam resgatar e valorizar o legado de seus antepassados. "É necessário fazer eventos desse porte para que se res-

gate também sua auto-estima", destacou. Acompanhando o mesmo raciocínio, o prefeito Ernei Stahelin salientou a importância da etnia alemã, para a região, para o Estado e para o país. "A implantação desse Fórum pela Assembléia Legislativa é importante para o nosso desenvolvimento e para Santa Catarina. Queremos resgatar a banda típica germânica e esperamos contar com apoio para construir um monumento ao nosso imigrante", discursou o prefeito.

Descendente de imigrantes, Simone Schramm é autora da Lei nº 13.206/2004, que criou o Dia Catarinense da Etnia Germânica, comemorado no dia 1º de março. Ela reverenciou a história dos imigrantes destacando que "a instalação do Fórum abre um canal para o resgate de todas as manifestações culturais de São Pedro de Alcântara e de todas as demais colônias alemãs espalhadas pelo querido Estado de Santa Catarina, e será uma das nossas bandeiras instalar aqui um consulado alemão".

Blasi e Boppré, membros efetivos do Fórum, lembraram que a conquista do desenvolvimento e do progresso de uma cidade, de uma população, prescinde do conhecimento, reconhecimento, admiração e exaltação dos seus precursores. (CA)

Sessão comemora a Semana Nacional da Família

(foto Solon Soares)

Sessão solene realizada na noite do dia 2 homenageou a Semana Nacional da Família, evento que integra o calendário da Igreja Católica e é coordenado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A solenidade foi proposta pelo deputado Pedro Baldissera (PT), que pelo segundo ano consecutivo presta homenagem à Semana. "Embora o modelo social moderno privilegie o indivíduo, tratando o homem como um objeto isolado, temos o dever de trazer as pessoas de volta à convivência familiar, pois a solidariedade criada no seio da família é indispensável para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade", declarou o deputado.

A primeira semana dedicada à família ocorreu em 1992. Neste ano, as atividades acontecem entre os dias 14 e 20 de agosto e têm como lema "Família, fonte de vida e construtora da paz". "Mobilizando e, principalmente, sensibilizando as pessoas, a Pastoral Familiar permite que núcleos familiares desagregados e com problemas possam retomar o diálogo e fortalecer os seus vínculos", destacou Baldissera ao refe-

rir-se sobre o trabalho desenvolvido por uma das pastorais da CNBB. O deputado também elogiou a escolha do lema do evento deste ano. "A pastoral foi muito feliz ao relacionar a família à questão da paz, principalmente em razão do momento atual, do clima de insegurança que as cidades do nosso mundo estão vivendo."

O arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Murilo Krieger, afirmou que nenhum outro grupo humano sofre atualmente tanto as repercussões do mundo que o rodeia como

a instituição familiar. "Em cada família ecoam imediatamente os problemas econômicos e os desajustes pessoais; a propaganda e as crises da sociedade; a onda de permissividade e o clima erotizante de muitas novelas e programas televisivos", alertou dom Murilo. Para ele, são muitos os que trabalham para destruir a família: "Por outro lado, também não são poucos os que trabalham sem descanso para ajudar a construí-la". O bispo considera a família o ambiente mais propício para uma criança se desenvolver.



Resgate da convivência familiar foi enfatizado pelo deputado Baldissera

Valores

O promotor de Justiça aposentado, Luiz Néri Pacheco dos Reis, convidado pela coordenação estadual da Pastoral Familiar para participar da sessão solene, falou da importância da instituição família na história da humanidade. "É a única que atravessou todas as fases da história universal", declarou Luiz dos Reis. Para ele, se o mundo em que vivemos não vai bem é porque a família vai mal. "Se a família estiver contaminada por influências malélicas, a vida, na sua amplitude, se deforma. A ausência de princípios e valores deforma a família", disse o ex-promotor, contabilizando 90% da sua atuação como profissional na área da família, da criança e do adolescente. "O Estado tem se ocupado das normas jurídicas pertinentes ao Direito de Família. Mas, lamentavelmente, na prática, nada ou muito pouco tem sido feito para a sua promoção social integral", opinou.

Vilma Acordi Fetter, que coordena a Pastoral Familiar de Santa Catarina junto com o marido, Nestor Almiro Fetter, declarou que na sessão estavam reunidas pessoas que, por amor, se dedicam a construir um mundo melhor. Vilma chamou ao microfone representantes de vários grupos ou entidades que desenvolvem atividades junto a casais e famílias para que falassem sobre seus trabalhos. Já no final do evento, a famosa canção Oração pela Família, do padre Zezinho, foi cantada pelo grupo da Pastoral Familiar.

Também estavam presentes ao evento o presidente do Parlamento, deputado Julio Garcia (PFL), que abriu a solenidade, os deputados João Henrique Blasi, Romildo Titon e Simone Schramm, todos do PMDB, o procurador-geral de Florianópolis, Jaime de Souza, representando o prefeito da capital, Dário Berger (PSDB), e Lírio Rosso (PMDB), secretário executivo de Articulação Estadual, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). (MAP)

Agricultura familiar

São Joaquim e Bom Retiro discutem agregação de valores

Graziela May Pereira

Quando seqüência ao ciclo iniciado no primeiro semestre, a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), esteve em São Joaquim e Bom Retiro, nos dias 4 e 5, respectivamente, quando questões vinculadas às políticas públicas para a agricultura familiar estiveram em debate com os agricultores da região. O ciclo está sendo realizado por iniciativa do deputado Dionei Walter da Silva (PT), vice-presidente da Comissão.

Em São Joaquim, o encontro aconteceu na Casa da Cultura e reuniu representantes da Secretaria do Desenvolvimento Regional, da Epagri, da Secretaria Estadual da Agricultura, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento Rural), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Ministério da Agricultura, e prefeitos, e foi coordenado pelo deputado Dionei. A cidade, que tem como maior fonte de renda o cultivo da maçã, solicitou a realização do seminário devido às dificuldades para implementar atividades que possibilitem a agregação de valores à produção.

Em ambos os encontros o diretor de Políticas e Desenvolvimento Rural e Pesqueiro da Secretaria de Agricultura, Ari Geraldo Neumann, apresentou os diversos projetos desenvolvidos pela Secretaria. Entre eles estão o Microbacias 2, o Programa Água da Chuva e o Programa de Excelência Sanitária que visa aprimorar o estado sanitário, em geral, das agroindústrias.

Ademar Paulo Simon, que representou o presidente da Epagri, falou sobre o convênio realizado entre o Instituto CEPA (Centro de Estudos de Safra e Mercados) e o Núcleo de Gestão de Design da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) para desenvolver projetos com grupos catarinenses, como o projeto "Design, aperfeiçoando a embalagem

da agricultura familiar", que tem como objetivo fortalecer a imagem dos produtos alimentícios catarinenses como o mel, frango colonial e conservas.

O superintendente do Ministério da Agricultura, Tarcísio Kock, mostrou as prioridades do Ministério, como o controle sanitário, tecnologias para o agronegócio, qualidade dos produtos e a agregação de valores.

Os dados sobre os estabelecimentos de agricultura familiar foram apresentados pelo secretário executivo do Pronaf, Luís Hessmann.

O principal questionamento feito no seminário recaiu sobre a fiscalização de controle sanitário, que, segundo os presentes, dificulta a abertura de novas empresas, bem com a manutenção das já existentes. Tarcísio Kock afirmou que é uma questão que está sendo estudada. "Esperamos avançar nessa questão e por isso, no próximo dia 18 haverá uma audiência pública na Epagri, em Florianópolis, para tratar da inspeção e excelência sanitária", concluiu. (GMP)



Dionei (ao centro) presidiu os trabalhos em São Joaquim...



...e em Bom Retiro, que contou com a presença do prefeito (em pé) Jair José Farias (PPS)



Ana Paula preside Comissão

A deputada Ana Paula Lima (PT) foi eleita, por unanimidade, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, em reunião realizada no dia 10.

De acordo com o regimento interno, o deputado Joares Ponticelli (PP), representando o

deputado Reno Caramori (PP) - integrante mais velho e de maior número de mandatos -, presidiu a reunião.

Estavam presentes o deputado Paulo Eccel (PT), representando o deputado Francisco de Assis (PT), e a deputada Simone Schramm (PMDB). (GMP)

Programa federal amplia renda

Com o Salão Paroquial de Bom Retiro lotado, uma das principais atividades do seminário foi a discussão do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). O vice-presidente da Comissão, deputado Dionei Walter da Silva (PT), iniciou os trabalhos disposto a chamar a atenção dos participantes para as informações prestadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

O representante da Conab, Vilmar Barbosa Dutra, explicou o funcionamento do programa: o produtor da agricultura familiar vende toda a sua produção, através de cooperativas, para o governo federal, que por sua vez doa instituições assistenciais previamente cadastradas. "Foi lançado em 2003, em Chapecó, São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira e agora está em todo o Estado. Em Bom Retiro, estamos lançando o terceiro projeto com 39 produtos e mais de 40 instituições beneficiadas", falou Dutra.

Segundo ele, o objetivo principal é aumentar a renda do agricultor familiar e melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas, ampliando os instrumentos de política pública e direcionando a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento local. Em Santa Catarina, são 2.811 produtores fornecedores e 203 mil pessoas assistidas.

A falta de cooperativas de crédito na cidade foi a questão mais debatida. A vereadora Lúcia de Fátima informou que em reunião os agricultores escolheram uma cooperativa e dias depois foi apresentado outro nome. Respondendo à questão, Luís Ademir Hessmann, secretário executivo do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento Rural), disse que, se as cooperativas forem de empresas diferentes, as duas poderão abrir escritório na cidade. (GMP)

V Seminário Regional Interlegis

Interlegis promove inclusão digital in

Carlos Agne
Sheila Dziedzic
Tatiana Kinoshita

Promovido pelo Programa Interlegis, do Senado, com o apoio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através da Escola do Legislativo, o V Seminário Regional Interlegis – Região Sul, reuniu mais de 600 pessoas durante dois dias (4 e 5 de agosto), no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O programa do evento foi centrado na modernização do Poder Legislativo em todas as instâncias, da atividade parlamentar brasileira à capacitação e esclarecimento dos agentes políticos sobre seu verdadeiro papel perante a comunidade e criação de uma comunidade legislativa virtual, para conferir mais transparência. (Confira nestas páginas uma síntese das palestras).

Em um vídeo institucional apresentado na abertura do encontro, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), informou que os equipamentos doados pelo Programa permitem a participação de quase 30 mil parlamentares em todo o Brasil. O diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), apresentou dados do censo legislativo, enquanto o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) reafirmou a necessidade da reforma política.

O presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), enfatizou a promoção da inclusão social resultante do Programa Interlegis e conclamou os presentes a fazer de Santa Catarina o primeiro Estado brasileiro a integrar todos os legislativos municipais pelo Interlegis. O ciclo de seminários para a capacitação de agentes públicos, promovido pela Escola do Legislativo na região Oes-

te, foi citado pelo seu presidente, deputado Celestino Secco (PP). “Nos qualificando, qualificaremos as políticas públicas do nosso Estado”, sintetizou.

Participaram da solenidade de abertura do evento os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Francisco Küster (PSDB), Antônio Ceron (PFL), Reno Caramori (PP), Onofre Agostini (PFL) e Gelson Sorgato (PMDB), o presidente da ABE (Associação Brasileira das Escolas dos Legislativos), Florian Augusto Madruga, o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Luiz Susin Marini, o procurador do Estado, Ivan Santiago de Carvalho, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, e o prefeito da capital, Dário Berger (PSDB).

O encerramento contou com a presença do presidente da Casa, dos senadores Efraim e Bornhausen, do presidente da Escola, além dos deputados. (CA)

(foto Jonas Lemos Campos)



Celestino Secco (em pé), presidente da Escola, na abertura do encontro.



Auditório do TJ esteve lotado durante todas as palestras e painéis

Pesquisa vai retra

Na abertura, o diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), relatou alguns dos dados já levantados pelos re-censeadores incumbidos de realizar o 1º Censo do Legislativo no país e fez um apelo aos vereadores para que recebam bem os pesquisadores.

Há relatos de Câmaras de Vereadores funcionando em açougues, em hospitais, debaixo de jaqueiras, em fazendas e estações abandonadas de trem.

De acordo com Efraim, os recenseadores estão sendo recebidos nas várias Câmaras Municipais “quase como ouvintes”, a quem são relatados casos de conflitos com as prefeituras, que “tentam calar, cooptar, ou mesmo ignorar” os legislativos municipais. “Esses representantes do povo têm respondido com altivez, mantendo posição vigilante e independente”, enfatizou. Ele também comemorou os cinco anos de existência do Programa, em 27 de julho.

Experiências nos municípios

A experiência do Interlegis nos municípios foi tema de painel apresentado após a abertura do V Seminário Regional do Interlegis. O secretário legislativo da Câmara Municipal de Canoinhas (SC), José Luiz Lacowicz, o representante do Interlegis na Assembleia Legislativa da Paraíba, George Henriques de Souza, e o coordenador do espaço do vereador no Legislativo do Rio Grande do Sul, Amauri Perusso, abordaram os benefícios adquiridos com a ade-

são ao Programa Interlegis.

Lacowicz afirmou que foi através da integração com a Escola do Legislativo da Alesc que “começamos a transformar a Câmara de Vereadores do município num centro de excelência”. O processo levou cinco anos. Georges falou sobre a experiência no município de João Pessoa (PB) a partir da implantação do Interlegis no Legislativo estadual, destacando que aquele Esta-

do é referência em seu uso.

Amauri Perusso explicou que o Espaço do Vereador é um espaço físico dentro do Parlamento gaúcho, inaugurado no dia 27 de abril, com o objetivo de promover maior integração com o Legislativo estadual e a modernização organizacional, administrativa e tecnológica das câmaras municipais. Perusso informou ainda que, dos 4.584 vereadores gaúchos, somente 51% têm o Ensino Fundamental completo. (CA)



Paulo Henrique Soares

Processo

Abrindo a programação, a primeira palestra do dia ficou a cargo do consultor legislativo do Senado, Paulo Henrique Soares, que apresentou um panorama geral sobre o processo legislativo nas três esferas, destacando que para compreendê-lo o ponto de partida é o entendimento da democracia.

O consultor falou também sobre Igualdade e Re-

Regrando legislativos em todo o país

(foto Alberto Neves)



Responsabilidade Fiscal

Uma discussão sobre a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) encerrou o V Seminário Regional do Interlegis. O palestrante, José Luiz Gattringer, diretor da Divisão de Municípios do TCE (Tribunal de Contas do Estado de SC), classificou a LRF como um código de conduta para a boa gestão pública e uma gestão fiscal responsável, com equilíbrio entre a receita e as despesas dos municípios, estados e União. A LRF regulamentou o Artigo 163 da Constituição Federal, tendo como pontos básicos o equilíbrio das contas públicas e a redução do endividamento. Entre seus pressupostos, estão a ação pla-

nejada com mecanismos para melhorar receita e conter despesas compatibilizando ambos e a transparência das contas públicas. "Não há condições dos municípios viverem com recursos sonhadores ao estilo vamos fazer obras e depois se não houver receita, vamos financiar", afirma José Luiz.

Instrumentos – Os principais mecanismos para uma gestão planejada são o PPA (Plano Plurianual), planejamento para quatro anos, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que é um planejamento anual no qual se define as metas a serem executadas na LOA (Lei Orça-

mentária Anual), a qual determina as ações a serem executadas e os valores de cada uma delas para cada exercício fiscal. Estas ações estão ligadas ao limite de gastos e ao aumento de tributos. José Luiz defende que a transparência exigida nas contas públicas decorre do princípio da publicização destes instrumentos. Porém, assinou que PPA, LOA, LDO devem ser levados à população de maneira que ela entenda e também através das audiências públicas exigidas em lei para a discussão destas peças orçamentárias.

Controle – Em relação aos municípios, as Câmaras

de Vereadores devem estar atentas à implantação, manutenção e efetivo funcionamento de um sistema de controle interno de maneira a auxiliar a fiscalização externa (popular), ao cumprimento de prazos determinados em lei para a publicização do PPA, LDO e LOA e ao estabelecimento do local destinado aos atos de publicização da administração. E também à exigência da realização das audiências públicas com a participação popular. As determinações quanto à prestação de contas não se restringem somente ao Poder Executivo, mas ainda ao Legislativo e ao Judiciário, também sujeitos a sanções da LRF. (SD)

Ar Poder

Comunicação eficaz

A comunicação determina a vida em sociedade. Por isso a necessidade de utilizá-la de forma adequada e com os instrumentos corretos para que a mensagem possa ser compreendida. Esta a essência da palestra sobre comunicação legislativa e cerimonial preferida por Ilana Trombka, assessora da Secretaria de Coordenação Técnica e de Relações Institucionais da Presidência do Senado.



Ilana Trombka

O trabalho de comunicação nas casas legislativas deve partir da imagem que se tem delas e direcionar as ações de maneira a agregar opiniões em torno da verdadeira identidade da instituição, trabalhando com outros meios de comunicação que atuam na formação da opinião pública. "Para a forma-

ção da opinião pública vai ser determinante a proximidade que se tem com o problema e com a instituição que a influencia."

Papel do vereador

O Papel do Vereador foi o tema da palestra ministrada pelo consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Léo Noronha, na tarde do dia 4. Para esclarecer e abrir o debate sobre os diferentes comportamentos da sociedade brasileira, Noronha iniciou por uma linha cronológica de fatos históricos que contribuíram para a formação política, não apenas de quem exerce o poder, mas também da comunidade.

Em seguida, salientou a importância dos vereadores buscarem conhecer não apenas o processo legislativo. "A



Léo Noronha, consultor do Legislativo mineiro

maioria sequer se ocupa do Plano Diretor do Município, uma das mais importantes ações que se pode fazer a longo prazo para uma cidade", comentou. (TK)

Escola percorre o Estado para capacitar agentes públicos

São Joaquim sediou, na quinta-feira (11), a primeira parte do segundo módulo do "1º Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal". Os participantes discutiram processo legislativo e despesas regulares e prestação de contas", com palestra de Vera Lúcia Farias, servidora da Casa, e Geraldo José Gomes e Paulo Cesar Salum, coordenadores de Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, respectivamente.

A realização é da Escola do Legislativo, da Uveres (União dos Vereadores da Região Serrana) e do Programa Interlegis, do Senado.

O primeiro módulo foi realizado nas cidades de Rio Rufino, com o tema "Ética na Política" e em Urubici, com o assunto "Administração Pública". O assunto abordado em Rio Rufino, "Ética e Política", foi ministrado pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco, pós-graduado em Filosofia e Ética e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa, Portugal, e professor universitário das cadeiras de Filosofia e Ética da ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência) da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina). Outras etapas do 1º Seminário acontecem em: Campo Belo do Sul (23/09), Anita Garibaldi (30/09), Otacílio Costa (21/10 e 4/11), Correia Pinto (11/11) e Lages (18/11). O local e os temas para estas etapas serão definidos previamente e os certificados serão entregues ao completar o ciclo do seminário.

As inscrições para todos os eventos são gratuitas e as vagas limitadas. Informações na Escola do Legislativo pelo fax (048) 221-2916, telefone (048) 221-2828 ou 221-2952, ou pela internet, no endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br/escola/.



raim Morais

Legislativo

blica, ressaltando o princípio da impessoalidade e publicação, enfatizando que quando se refere à República subentende-se idéia de impessoalidade e fundamenta para o espírito republicano, pois nenhuma autoridade é dona do país. São meios, se eleitos, e servidores, se estão na função "concurso público", saiu. (CA)

Torres para telefonia móvel preocupam população

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Em audiência pública realizada no dia 4 de agosto, foram discutidos os possíveis prejuízos à saúde decorrentes, principalmente, das torres de telefonia móvel.

O que mais preocupa os vizinhos dessas torres, em diversos municípios catarinenses, são os efeitos que dizem estar sentindo. Fortes dores de cabeça, aquecimento dos ambientes, aparecimento de tumores e mortes súbitas foram alguns dos exemplos dados pelos presentes. Houve relatos sobre testes feitos em aves, em que a maioria delas nasceu com alguma anomalia, isso quando sobreviveram.

Gláucio Siqueira, consultor técnico da Telcomp (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas), garantiu que os níveis de radiação emitidos pelas antenas de celulares instaladas em torres de transmissão são muito baixos. Segundo Siqueira, que é também pesquisador do Centro de Estudos em Telecomunicações da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, a energia eletromagnética faz mal, mas depende da intensidade. "As antenas estão de acordo com as normas da IC-NIRP (International Commission On



Comunidades manifestaram seus temores sobre os efeitos à saúde provocados pelas antenas

Non-Ionizing Radiation Protection)”, declarou. O pesquisador disse que as evidências de efeitos térmicos causados no ser humano pelas ondas eletromagnéticas não se mostraram constantes.

Para Siqueira, deve haver preocupação com o problema da interferência das torres na paisagem urbana. Segundo ele, o tamanho de uma torre im-

pressiona a população que mora ao redor dela, causando uma preocupação excessiva.

Efeitos - Mestre em Ciência Ambiental pela USP (Universidade de São Paulo), Robson Spinelli Gomes defendeu o uso comedido do celular, por ainda não se ter conhecimento de todos os efeitos que a sua utilização em

excesso pode causar. Entretanto, citou alguns já conhecidos.

De acordo com Gomes, os efeitos térmicos do celular já foram constatados. O aquecimento dos tecidos pode gerar um mau funcionamento das partes expostas e os órgãos menos vascularizados são mais vulneráveis ao efeito térmico, caso da massa encefálica. Segundo ele, não se deve usar o celular por mais de 6 minutos por chamada.

Ele lembra também que essas torres não devem estar instaladas perto de hospitais, por exemplo, porque podem prejudicar o funcionamento de aparelhos como o de eletrocardiograma. Quanto aos efeitos não-térmicos, que poderiam influenciar no sistema nervoso central ou causar mudanças nas cadeias enzimáticas, ele diz que ainda não há evidências estatísticas que comprovem esses problemas.

Ao encerrar a reunião, Dentinho acatou a idéia de um dos visitantes que mora perto de uma antena, na cidade de Itajaí, José Dagosti. “Vamos fazer um estudo epidemiológico em Santa Catarina, com os moradores que moram perto das antenas”, encerrou o proponente. (MAP/DAB)

Comissão quer prevenir enchentes em Lages

(foto arquivo)

O município de Lages, na Região Serrana, em maio deste ano passou pela maior enchente dos últimos 20 anos, que deixou centenas de famílias desabrigadas. Por este motivo, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), realizou audiência pública na Câmara de Vereadores de Lages, no dia 5 (sexta-feira), para discutir ações preventivas que evitem novas enchentes com os atingidos pelas cheias.

Participaram o deputado Antônio Ceron (PFL), o presidente da Câmara de Vereadores, Willy João Brun Filho (PFL), Sérgio Grando, presidente da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Celso Antônio Calcanhoto, secretário de Obras de Lages e comandante da Defesa Civil municipal, representando o prefeito Raimundo Colombo (PFL), os vereadores João Eduardo da Silva Pacheco (PP) e Pedro Elói Bassin (PSDB), representando a Uveres (União dos Vereadores da Região Serrana), o major Egon Carlos Heinzen, comandante da 3ª Companhia de Corpo de Bombeiros de Lages, Murilo Ramos Vieira, secretário de Planejamento de Lages, além dos presidentes de associações de bairros.

Durante a enchente, 14 bairros fo-

ram atingidos (Habitação, Popular, Bom Jesus, Universitário, Vila Nova, Caça e Tiro, Passo Fundo, Ferrovia, Santa Rita, Caravaggio, Santa Maria, Beatriz, Ipiranga e Várzea). De acordo com Calcanhoto, 480 pessoas ficaram desabrigadas. “Elas moram nos bairros atingidos que são considerados áreas verdes, as mais propícias para sofrer com as enchentes. Somente na madrugada do dia 19 de maio, choveu 183,6 milímetros. A nossa média histórica de todo o mês é de 97,3 milímetros. Depois da enchente, a prefeitura disponibilizou R\$ 1,6 milhão para fazer os reparos e metade disso já foi investida”, informou.

Hidrelétrica - O deputado Godinho informou que o prefeito decretou estado de emergência. Ele convidou as autoridades e toda a população para participar de uma audiência que ocorrerá no Salto do Rio Caveiras, no dia 6 de setembro, para cobrar da Celesc estudo sobre o impacto ambiental causado pela construção de uma hidrelétrica. “Essa foi a enchente mais violenta dos últimos 25 anos. É preciso fazer a retificação do rio Carahá, pois com o rebaixamento que foi feito só piorou”, acredita Godinho. O rio está desprotegido, não há *guard rail*, nem árvores. “A força da água foi



Lages pode ter problemas ainda piores, caso não haja união de esforços para evitar cheias

tamanha que derrubou a ponte sobre o rio Caveiras”, lamentou.

Segundo o secretário municipal do Planejamento, Murilo Vieira, estudo feito pela prefeitura constatou que os alagamentos ocorreram em áreas de risco, áreas verdes e alagadiças, todas com ocupação desordenada. “Primeiro eles ocupam e depois esperam uma assistência do Estado”, lamentou, in-

formando que Lages não recebeu verba para resolver o problema.

Godinho solicitou ao prefeito que seja elaborada uma moção para que a Alesc se agregue aos esforços, mas ele acredita que os trabalhos têm que ser capitaneados pela prefeitura. “Que a prefeitura apresente algo que possibilite a participação da Alesc, mas o dever é da prefeitura.” (DAB)

DNIT/SC garante reinício de obras na BR-282

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Durante reunião na quinta-feira (11), com o Fórum Permanente da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), o coordenador do DNIT/SC, João José dos Santos, informou que as obras naquela rodovia serão reiniciadas em três meses, com o retorno da responsabilidade à União. Segundo ele, para este ano há disponibilidade orçamentária de R\$ 18,8 milhões. Inicialmente, os recursos serão destinados ao trecho São José do Cerrito/Vargem/Campos Novos. Além de Titon, estavam presentes neste encontro os deputados Antônio Ceron (PFL), Onofre Agostini (PFL), Paulo Eccel (PT) e Francisco Küster (PSDB).

No último dia 8, o engenheiro da empreiteira ARG, Newton Valadares Roquette, participou de reunião realizada pelo Fórum. Ele prestou esclarecimentos sobre a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) a respeito



No dia 8, o Fórum presidido por Titon ouviu o engenheiro da empreiteira ARG

da continuação das obras em três trechos da rodovia. O governo federal chegou a celebrar três contratos destinados à conclusão desses trechos, que

foram suspensos pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em função de irregularidades praticadas pelo ex-diretor do DER, Edgar Antônio Roman,

pelo ex-diretor do DNER, Genésio Bernardino de Souza, e pela construtora ARG Ltda., com sede em Belo Horizonte (MG).

Newton afirmou que, se a empreiteira receber todas as verbas, a obra estará pronta até o fim de 2006. "A conclusão da BR-282 está no PPI (Programa Prioritário de Investimentos) e todas as obras que participaram deste programa receberam os recursos necessários para sua execução."

O Fórum recebeu o reforço do deputado Herneus de Nadal (PMDB), que passou a integrá-lo no dia 3, quando teve seu requerimento pedindo a inclusão dos trechos que vão de São Miguel d'Oeste ao município de Paraíso, fronteira com a Argentina. Além disso, está marcada audiência pública em São Miguel para o próximo dia 18, no Clube Comercial da cidade, a partir das 9 horas, também requerida por Herneus. (DAB)

Finanças ouve secretário e sindicato

(foto Alberto Neves)

A edição do Decreto nº 3.194/05 motivou a Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), a ouvir o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB), e representantes de concessionárias de veículos, no último dia 10. Em ofício encaminhado ao deputado Dionei Walter da Silva (PT), o sindicato das concessionárias afirma que a exigência imposta pelo decreto governamental



Deputado Antônio Ceron, Benedet e os deputados Dentinho e Mota

trará um custo adicional aos veículos catarinenses de até R\$ 700. "Há a preocupação de que os veículos passem a ser adquiridos em estados vizinhos e apenas o emplacamento seja feito em Santa Catarina, ocasionando perda de receita e lesando o consumidor."

Além do secretário, participaram o presidente do Siredoc (Sindicato dos Oficiais do Registro Civil, Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Escriturarias de Paz de Santa Catarina), Dante Ramos Júnior, o diretor geral do Detran, Paulo Roberto Dias Neves, e o presidente do Sindicato das Concessionárias e Revendedoras de Veículos de Santa Catarina, André Vargas Andrasa.

Vieirão assegurou que, legalmente, não existe a obrigação para o registro do contrato. "O convênio entre a Secretaria

da Segurança Pública e o Siredoc é só uma forma de arranjar mais recursos para o governo tirando de quem mais precisa", disse, endossado pelo petista Dentinho e pelo pefelista, Antônio Ceron.

Benedet defendeu o convênio, destacando que o registro do contrato de alienação fiduciária é um instrumento de defesa do cidadão e que o consumidor fica garantido com isso. "Mas, para esta discussão está faltando uma peça importante que é o representante dos bancos", argumentou.

Neves lembrou que o decreto já está em vigor e que todos os contratos de alienação fiduciária devem ser, por iniciativa da instituição financeira responsável pelo financiamento, registrados em cartório de Registro de Títulos e Documentos, para aten-

der ao disposto no Artigo 1.361 do Código Civil e artigos 1º e 2º da Resolução 159/04 do Contran. Andrasa fez relato sobre a histórica tentativa de cobranças, taxando o decreto governamental de esdrúxulo pela sua reincidência e insistência.

Os deputados Francisco Küster (PSDB) e Manoel Mota (PMDB) defenderam maiores discussões sobre o assunto, que ainda vai passar por outras comissões.

Também estavam presentes na audiência os deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Odete de Jesus (PL).CA)

Interiorização da UFSC começa em outubro

O reitor da UFSC, professor Lúcio Botelho, foi um dos convidados da audiência pública da Comissão de Justiça realizada no dia 2, sob a presidência do deputado Jorginho Mello (PSDB). Botelho falou sobre o projeto de interiorização da UFSC.

Botelho acredita que o ideal é que Santa Catarina tenha outra universidade pública federal - o Rio Grande do Sul tem seis -, instalada preferencialmente no Meio-oeste. A dificuldade de implementar o projeto levou a UFSC a trabalhar com a interiorização da universidade pública do Estado, em seis pólos distribuídos por Santa Catarina. A interiorização começa em outubro, pelas regiões Sul e de Lages. Numa primeira etapa do vestibular, cujo lan-

çamento do edital para o concurso 2006 acontece no dia 15 de agosto, participam somente professores não graduados que trabalham na rede pública de Santa Catarina.

Atualmente, segundo Botelho, 5 mil professores da rede pública de ensino não têm formação universitária. "Educação não se faz de forma desintegrada. Ou se investe em todos os níveis ou não há saída", lembrou.

Participaram do encontro, além do presidente da CCJ, Jorginho Mello, os deputados integrantes Celestino Secco (PP), Romildo Titon (PMDB), Paulo Eccel (PT) e João Henrique Blasi (PMDB), e também Antônio Ceron (PFL), Herneus de Nadal (PMDB) e Antônio Aguiar (PFL). (RMPP)

(foto Solon Soares)



Botelho (ao centro) informou detalhes da proposta aos parlamentares

Boppré propõe plebiscito

O autor do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/05, que prevê a realização de plebiscito sobre a proposta do governo de taxar o uso da água, deputado Afrânio Boppré (PT), pediu, na tarde de terça-feira (2) durante manifestação em Plenário, apoio dos demais parlamentares, para que esta consulta popular ocorra no dia 23 de outubro, junto com o plebiscito da venda de armas. No dia 9, a matéria recebeu voto favorável do deputado relator Celestino Secco (PP) à sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), pediu vista à matéria.

A idéia do plebiscito surgiu devido ao Projeto de Lei nº 292/04, de origem do Executivo, que estabelece a Política de Recursos Hídricos. Entre os principais itens

está o que estabelece o valor econômico, que significa a cobrança de uma taxa pelo uso da água. "Este projeto atinge a população como um efeito dominó. É uma decisão muito importante que devemos levar para o povo catarinense."

A proposta prevê ainda, a organização de dois comitês organizados pela própria Alesc, vinculados a entidades representativas da sociedade civil, uma para defender a criação da taxa e outra que seja contra essa taxação.

Reajuste - Presente à assembléia dos servidores da Segurança Pública estadual, realizada na manhã do dia 3, o petista afirmou em Plenário, à tarde, que a principal reivindicação é o cumprimento do projeto governamental aprovado no ano passado, concedendo reajuste do soldo de todas as categorias. De acordo com ele,



Boppré: decisão cabe à população

o secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), informou, durante o encontro com os servidores, que o governo "não fez as contas" quando remeteu a proposta e que não haveria recursos para conceder o reajuste previsto pela lei. (DAB/MOR)

PP condena uso da máquina

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, e seu colega de bancada, deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão, criticaram na sessão plenária do dia 2 a postura do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), com relação ao uso da máquina pública pelo ex-chefe da Polícia Civil, Ricardo Thomé.

Vieirão leu alguns trechos da coluna de Marcos Spindola, no jornal *Diário Catarinense*, onde explica que a imprensa foi avisada previamente de que o encontro se realizaria. Vieirão leu na tribuna um trecho do texto que afirma que o jornalista Roger Bittencourt, dono de uma agência de comunicação na capital e ex-secretário de Imprensa do governo Paulo Afonso, no último dia 27, encaminhou à redação do DC

e-mail informando que o delegado Thomé se reuniria no dia seguinte, com delegados e policiais, para debater sua candidatura. "Pois a reportagem do DC foi até o local e viu 24 viaturas na frente de um restaurante onde estavam policiais e delegados confraternizando. "O uso da máquina pública no evento foi para todos verem, já que foram usados carros públicos e pagas diárias para o deslocamento de funcionários do interior do Estado para o evento", afirmou Ponticelli.

O parlamentar também disse que "enquanto a festa de confraternização ocorria graças ao dinheiro público, o secretário Benedet atravessava a fronteira com a Argentina para comprar vinhos, na companhia de dois carros oficiais". Para ele, "misturar politicagem com segurança pública não dá certo".

Reação - O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, lembrou ao pebequista que o governador, assim que soube dos fatos, imediatamente "tomou uma atitude rude, mas correta", afastando o delegado. Mota salientou que "o governador é um homem sério e não perdeu tempo, e esse é o caminho da ética e do profissionalismo", afirmou.

O deputado Francisco Küster (PSDB) elogiou a atitude do governador de afastar Thomé. "Se essa ação rápida não tivesse ocorrido, a imprensa teria um prato cheio para bater no governador. E tem que ser assim, porque a imprensa e as pessoas estão mais atentas a esses fatos", disse Küster. Segundo o deputado, o que aconteceu serviu para deixar claro as regras de conduta que devem seguir aqueles que compõem o governo. (DAB/MAP/TK)

Ana Paula é a favor do desarmamento

Ao anunciar que está engajada na campanha do sim ao desarmamento, a deputada Ana Paula Lima (PT) solicitou aos parlamentares o apoio ao requerimento de sua autoria propondo a criação do Fórum Parlamentar Permanente pela Proibição do Comércio de Armas de Fogo e Munição no Brasil. Para ela, o porte de armas para defesa pessoal e do patrimônio não surte os efeitos desejados.

A deputada acredita que a participação da população no referendo popular, que se realizará dia 23 de outubro, votando sim ou não à proposta da proibição da venda de armas e munições, é de extrema importância. "Precisamos colaborar com a redução dos homicídios com armas de fogo", alertou.

O posicionamento da parlamentar está baseado em estatísticas existentes no país, como o total de 550 mil mortos por armas de fogo entre 1979 e 2003.

"Está comprovado que civis portando armas sob o argumento de autodefesa por causa da criminalidade geram mais violência", conclui a parlamentar. Recente pesquisa da Unesco, conforme Ana Paula, traz o Brasil no 2º lugar do ranking dos países com mais óbitos por armas de fogo, entre os 57 pesquisados, atrás apenas da Venezuela. "Além da perda de milhares de vidas, o país tem um custo altíssimo, pois o SUS gasta anualmente R\$ 14 bilhões para tratar feridos por armas de fogo", afirmou. (MOR)

Onofre faz alerta

A demissão de 200 empregados de uma empresa madeireira do Planalto Serrano espelha a situação crítica que muitos empreendedores estão vivendo. A afirmação é do deputado Onofre Agostini (PFL), que falou sobre o assunto em discurso da tribuna na sessão plenária do dia 11, quinta-feira.

"Não vislumbro melhores dias na economia do país para mudar a situação crítica que muitos empreendedores estão enfrentando, especialmente os que atuam na área de exportação", disse.

Onofre destacou que sua terra, Curitiba, é a maior produtora de cabos de vassoura do mundo, observando que, nessa atividade, a produção usada é de mão-de-obra sem qualificação e pode estar fadada a paralisar. "Além da Arupel, fomos informados de que uma empresa de nossa região, que possui mais de mil empre-

gados, também já começou a demitir, alegando que a baixa cotação do dólar não oferece mais condições de sobrevivência. Para se ter idéia, numa atividade o custo de produção hoje é de 1 dólar e meio. Com o dólar cotado a R\$ 2,29, realmente não tem condições", argumentou.

O parlamentar disse que a região vislumbra uma possibilidade de desenvolvimento através da exportação, pois a agricultura está vivendo o mesmo drama. "O produto de fora é caro e o que vendemos é muito barato. Não sei onde vamos parar", assinalou. (CA)



Onofre informou sobre demissões

Odete parabeniza São José

A deputada Odete de Jesus (PL) parabenizou, na sessão plenária do dia 10, o prefeito de São José, Fernando Elias (PSDB), e o município pela futura implantação da Universidade Pública de São José. "Essa brilhante iniciativa do prefeito de São José fará com que mais jovens que não têm condições de estudar consigam chegar a uma universidade pública e assim obter um diploma", afirmou.

A parlamentar também ressaltou a importância de se ampliar o acesso de estudantes carentes à educação e defendeu a idéia de implantar cursinhos gratuitos para atendê-los. "O secretário da Educação, Diomário Queiroz, veio à Assembléia dar o pontapé inicial para que esse projeto do cursinho gratuito saia do papel", disse.

Odete também falou so-



Odete: mais oportunidades aos jovens

bre sua homenageada, a primeira-dama do município de Jaraguá do Sul, Nilda Sanches Bertoldi, que recebeu, na última segunda-feira (8), a Medalha Antonieta de Barros. "Ela tem dado atenção privilegiada aos 67 clubes de mães e 30 grupos de idosos da cidade, promovendo maior integração e participação da mulher na comunidade", argumentou. (TK)

Guidi avalia programas e práticas partidárias

No primeiro semestre deste ano, o deputado Altair Guidi (PPS), que não estava vinculado a nenhum partido, aproveitou para se dedicar à análise dos programas e práticas partidárias das legendas com registro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Na tarde do dia 3, o parlamentar ocupou a tribuna para fazer um breve relato do trabalho.

Segundo ele, a pesquisa mostrou que os partidos políticos do país se equivalem, ou seja, do ponto de vista institucional, todos buscam a consolidação e o fortalecimento do regime democrático. "A maioria dos partidos e suas lideranças não é coerente aos seus princípios. Por isso, busquei outros elementos para avaliar minha filiação partidária. Passei a

analisar os partidos do ponto de vista dos respectivos quadros de lideranças e o comportamento das legendas na situação de oposição frente ao partido que exerce o poder", explicou.

O deputado disse que pretende desenvolver um ótimo trabalho no PPS e aproveitar a experiência política de "mais de 30 anos trabalhando pelo povo" catarinense. (TM)

Eccel fala sobre tarifa básica



Petista elogiou decisão da Justiça

No retorno ao Plenário, o deputado Paulo Eccel (PT) falou sobre a liminar judicial suspendendo a cobrança pelas empresas Telemar, Telefonica e Brasil Telecom da tarifa básica da telefonia fixa em todo o país. A liminar foi concedida pelo juiz Charles Frasso de Moraes, da 2ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, onde foram concentradas todas as ações judiciais sobre o assunto. As empresas recorreram.

Eccel lembrou do projeto de lei de sua autoria que previa a suspensão da cobrança em Santa Catarina e foi vetado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "A liminar mostra que a movimentação em nosso Estado era legal. Tivemos muita mobilização pelo fim da cobrança, e uma delas foi aqui mesmo no dia em que o projeto foi votado, bem como as milhares de assinaturas enviadas para cessar a tarifa. A decisão da Justiça Federal baseou-se no Código de Defesa do Consumidor."

Para ele, a redução dos R\$ 35,92 da taxa básica vem em uma boa hora. "Em apenas oito anos as empresas telefônicas tiveram um aumento de 4 mil por cento em suas lucratividades." Eccel ainda informou que a Embratel, juntamente com uma outra empresa do ramo, decidiu disponibilizar até o fim do ano telefones sem a cobrança da tarifa básica, mesmo antes da decisão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). (DAB)

Duduco exige reabertura de creche

O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) fez, na tarde do dia 10, em discurso da tribuna, mais um apelo à primeira-dama da capital, Rose Berger, para que visite a creche do bairro Monte Verde. Segundo o parlamentar, a instituição não recebe o repasse de verbas do município desde janeiro, o que provocou o seu fechamento.

"É um absurdo o que está ocorrendo com as creches da capital. Algumas, como as dos bairros do Saco Grande e Monte Verde, estão fechando as portas e a população, que já é carente, é a que mais sofre."

A primeira-dama, segundo Duduco, argumenta que os convênios não foram mantidos devido aos



Duduco não aceita fechamento

constantemente atrasos nos repasses de responsabilidade do governo estadual. "Estão embolsando o dinheiro das crianças?", questionou e convidou as duas primeiras damas, municipal e estadual, a conhecer a creche pessoalmente.

O deputado Joares Ponticelli (PP), em aparte, também pediu que o governo do Estado repasse a verba destinada aos Conselhos Comunitários. (TK)

DOS GABINETES

Projeto institui data contra violência no campo

O deputado Afrânio Boppré (PT) protocolou na segunda-feira (1º) projeto de lei instituindo o dia 25 de maio como o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo. A data proposta representa um marco na retomada da luta pela terra e da reforma agrária em Santa Catarina, pois foi nesta data que 2mil famílias ocuparam duas áreas de terra nos municípios de São Miguel d'Oeste e Abelardo Luz, em 1985.

A luta em favor da reforma agrária, argumenta o parlamentar, é para modificar a estrutura da proprie-

dade da terra, subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade. São objetivos que quase sempre encontram resistência e culminam em confrontos e vítimas, inclusive fatais. Entende o deputado que é importante associar a luta pela reforma agrária com a luta pela não violência no campo. A proposta de criar uma data especial para estes movimentos é, também, mais uma das iniciativas que visam estimular a produção familiar e cooperativada, buscando o desenvolvimento das regiões, geração de empregos e contenção do êxodo rural. (CR)

Proposta beneficia debate

O deputado Celestino Secco propôs um projeto de lei que visa inserir dispositivo na Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 - o Estatuto dos Servidores Civis do Estado. Isto irá permitir aos vereadores que participem dos eventos oficiais de suas respectivas Câmaras Municipais, como audiências públicas e outros desta natureza, sem prejuízo dos seus vencimentos. As audiências públicas propostas pelas Câmaras sempre são muito prestigiadas pela comunidade e a efetiva participação dos vereadores é importante e necessária.

O parlamentar considera de alta relevância a aprovação da proposta, salientando que os legisladores municipais atuam como servidores públicos nas mais diver-

sas regiões do Estado e merecem dispor de tal medida no diploma legal específico, como o Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina.

Orquestra - Celestino Secco solicitou ao presidente da Assembleia Legislativa que a TVAL abra espaço na sua programação, aos domingos, para apresentações da OSCA (Orquestra Sinfônica de Santa Catarina).

"Santa Catarina sempre foi um Estado sensível às questões culturais e abrindo mais este espaço estaremos desenvolvendo nosso importante papel de cidadania, auxiliando no crescimento musical e cultural do grupo, além de estreitar nosso relacionamento com a comunidade", disse o deputado. (MT)

Dentinho pede salários dignos

O deputado Wilson Viera - Dentinho (PT) comentou em sessão plenária, na tarde do dia 3, sobre sua participação na manifestação realizada um dia antes por integrantes da Associação dos Praças de Santa Catarina, em frente ao Palácio do Governo, na SC- 401. Segundo ele, cerca de 2 mil manifestantes pediam ao governo a implementação do plano de carreira, prometido a eles por Luiz Henrique ainda durante sua primeira campanha eleitoral.

Além do plano de carreira, a Aprasc está reivindicando a incorporação de horas extras ao salário, em cumprimento à Lei nº 254/04, conhecida como Escala Vertical, de autoria do próprio parlamentar, que

recupera as perdas salariais dos soldados nos últimos anos. "A Aprasc também é contra a contratação do soldado temporário, um projeto que Luiz Henrique está tentando empurrar, mas contra o qual vou lutar", afirmou Dentinho, explicando que o projeto visa à contratação de soldados por tempo determinado com salários de R\$ 600. "É um absurdo, já que essas pessoas não terão o treinamento necessário para um soldado defender a sociedade", argumentou.

Uma comissão foi recebida pelo governador, que comprometeu-se a enviar à Assembleia Legislativa, no dia 25 - data em que se comemora o Dia do Soldado e a fundação da Aprasc - projeto de plano de carreira. (TK)



Dentinho defendeu reivindicações

Parlamento outorga Medalha Antonieta de Barros

O frio e a chuva, na noite da segunda-feira (8), não impediram que o hall de entrada e o Plenário da Assembleia Legislativa ficassem lotados com a presença de amigos e familiares dos 39 indicados, pelos parlamentares, para receber a Medalha Antonieta de Barros. A mesa foi composta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), os deputados Herneus de Nadal (PMDB), Nilson Gonçalves (PSDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Pedro Baldissera (PT) e José Paulo Serafim (PT), além do representante do Tribunal de Justiça, desembargador José Volpato Souza. Dezenas de autoridades também compareceram ao evento.

O deputado Francisco de Assis (PT) discursou em nome da oposição. "A outorga de medalha não é um simples ato cerimonial e sim uma homenagem de significativa relevância social e humana. Traz à tona personagens especiais que fazem a história do povo catarinense diferente e com mais qualidade de vida", afirmou.

Assis também explicou que todos os anos os deputados indicam uma personalidade para receber a medalha. "Este ano, lançamos uma campanha no primeiro semestre com votação aberta ao público. Foram 5mil votos distribuídos entre 17 candidatas indicadas pelos Conselhos. Dessa forma democrática foi

eleita, com mais de 1.600 votos, a Irmã Maria Salete Wiggers, representando o bairro Jardim Paraíso, de Joinville".

O deputado Jorginho Mello (PSDB) falou em nome da situação e também fez um breve histórico a respeito da vida de Antonieta de Barros, destacando seu trabalho como professora, jornalista, escritora e deputada. "Feliz a idéia que instituiu a Medalha Antonieta de Barros, que oferece a oportunidade de tirar do anonimato homens e mulheres solitários, abnegados, dedicados trabalhadores e manifestar agradecimentos a todos que estão sendo homenageados. Minha homenagem, Arlete Carminatti Zago, muito tem feito na defesa dos direitos da mulher".

O presidente da Epagri, Athos de Almeida, agradeceu em nome de todos os homenageados e exaltou que sua entidade tem hoje um quadro profissional altamente qualificado que trabalha com a Família Rural e pesqueira, desde a organização comunitária até a qualificação das agricultoras e pescadoras como profissionais e empreendedoras", disse.

Já o governador destacou que esta era a primeira vez que ele participava da outorga da Medalha Antonieta de Barros e reafirmou sua convicção de que o Legislativo é o



primeiro entre os três poderes cuja relação com a sociedade seja mais próxima. "A outorga desta Medalha oferece um sentimento de justiça aos que fazem no dia a dia o exercício de amar o próximo. Parabéns aos deputados que tiveram olho para escolher em suas comunidades pessoas que realizam trabalhos tão relevantes para todos", comentou.

Julio Garcia encerrou o evento enfatizando o número de pessoas presentes. "Valorizar aqueles que ajudam a escrever a história da sociedade catarinense com menos injustiças é o que significa a Medalha Antonieta de Barros. Não temos a pretensão de ser iluminados como Antonieta, mas cumprimos nosso dever, mesmo com as nossas limitações", finalizou. (TK)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



A abertura da solenidade que agraciou personalidades com a Medalha

Deputados e homenageados

- Afrânio Boppré (PT) – Maria Aparecida Hahn Turnes
 Altair Guidi (PP) – Rosângela Pagnan Maragno
 Ana Paula Lima (PT) – Maria Helena Mabba
 Antônio Aguiar (PMDB) – Adair Dittrich
 Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) – Osmilda Teresa Cemim (Irmã Marione)
 Antônio Ceron (PFL) – Elza Marina da Silva Moretto
 Celestino Secco (PP) – Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Fpolis – BPW Representante: Eloah Naschenweng
 César Souza (PFL) – Denise Machado Roza
 Clésio Salvaro (PSDB) – Célia Rovere Canarin
 Dionei Walter da Silva (PT) – Codim – Jaraguá do Sul/SC – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Representante: Elenir Escopelli
 Francisco de Assis (PT) – Irmã Maria Salete Wiggers
 Francisco Küster (PSDB) – Ana Teresinha de Oliveira Machado
 Gelson Merísio (PFL) – Eloa Maria Ferronato Giordani
 Gelson Sorgato (PMDB) – Ioli Rossatto
 Genésio Goulart (PMDB) – Jane Dal Bó Falchetti
 Herneus de Nadal (PMDB) – Organização dos Núcleos Femininos das Mulheres Agricultoras – Representante: Ivânia Zingler
 João Henrique Blasi (PMDB) – Selma David Lemos
 Joares Ponticelli (PP) – Irmã Enedina Sacheti
 Jorginho Mello (PSDB) – Arlete Carminatti Zago
 José Carlos Vieira (PFL) – Oleias dos Prazeres Nogaroli
 José Paulo Serafim (PT) – Darmir Leacina
 Julio Garcia (PFL) – Associação Feminina de Assistência Social de Timbé do Sul – Representante: Vanei Spadder Biava
 Lício Mauro da Silveira (PP) – Maria da Glória e Natalina Oliveira Stoeterau
 Manoel Mota (PMDB) – Denise Biz Estevão
 Narcizo Parisotto (PTB) – Ivani Pavan
 Nelson Goetten (PFL) – Ivete Terezinha Losi Dalpiaz
 Nilson Gonçalves (PSDB) – Ana Aparecida Armanini
 Nilson Nelson Machado – Duduco (sem partido) – Abigail Izaura do Rosário
 Odete de Jesus (PL) – Nilda Neves Sabches Bertoldi
 Onofre Agostini (PFL) – Antônio Hilleshein
 Paulo Eccel (PT) – Mileny Truppel Merico
 Pedro Baldissera (PT) – Movimento Mulheres Camponesas em SC – Representante: Beatriz Maris Cass Reichert
 Reno Caramori (PP) – Marlise Fleck Roveda
 Rogério Mendonça (PMDB) – Epagri Representante: Athos de Almeida Lopes
 Sérgio Godinho (PTB) – Lauracy Proença de Mello
 Simone Schramm (PMDB) – Herondina da Silva Vieira
 Valmir Comin (PP) – Maria Claudete Bianchi Mazzuco
 Vanio dos Santos (PT) – Darcy Vitória de Brito
 Wilson Vieira – Dentinho (PT) – Maria Ivoni Bertold